



GT 043. Memórias Indígenas e experiências de construções

biográficas

João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ) - Coordenador/a, May Waddington Telles Ribeiro (Programa de Pós Graduação em Estado e Sociedade/UFSB) - Coordenador/a, Pablo Antunha Barbosa (UFSB) - Debatedor/a, Pablo Quintero (UFRGS) - Debatedor/a, Rita de Cássia Melo Santos (UFPB) - Debatedor/a

O GT busca reunir pesquisas que apresentem dados e interpretações novas sobre a continuada e persistente presença e protagonismo da população autóctone no Brasil no período colonial, no século XIX, na República e na atualidade. Partindo de reflexões teóricas dos campos da antropologia, sociologia, história e estudos literários, intentamos reunir biografias, trajetórias, histórias de vida, autobiografias, etnobiografias, dentre outras modalidades de narrativas biográficas, buscando dar conta das profundas intervenções que estas populações tiveram na constituição da história nacional bem como das modalidades de esquecimento e outrificação de que foram objeto. As mudanças sociais não serão tratadas apenas como fatos políticos e econômicos, mas como fenômenos sociais totais, envolvendo dimensões emocionais e afetivas, explorando aspectos contraditórios e ambíguos nas relações sociais, considerando também os contextos intersociais e buscando compreender o protagonismo e a agência permanentemente exercida pelos indígenas. O presente GT está relacionado ao desenvolvimento do projeto em rede "Os Brasis e suas Memórias: Os indígenas na formação do Brasil", coordenado por João Pacheco de Oliveira, que articula 22 universidades e que pretende através da elaboração de biografias sobre indígenas construir outras possibilidades de narrativas sobre a História do Brasil e a contemporaneidade dos povos indígenas.

O genocídio contra o Povo Indígena Xakriabá e o Cacique Rosalino que morreu para ser adubo da justiça da fulô?

Autoria: Heiberle Hirsberg Horácio

O Povo Indígena Xakriabá - que habita a microrregião do Vale do Peruaçu, São João das Missões - MG, no Alto Médio São Francisco, vivendo na margem esquerda do rio, entre os biomas da caatinga e do cerrado -, se estabelece em 33 aldeias e possui uma população estimada de 11000 indígenas. A Terra Indígena Xakriabá possui, ao todo, juntamente com a TIX Rancharia, uma área de aproximadamente 54.000 hectares. (XAKRIABÁ, 2016). A Terra Indígena Xakriabá só foi homologada em 1987, após o genocídio sofrido pelo Povo Indígena Xakriabá em 12 de fevereiro de 1987, quando houve a execução dos indígenas José Santana, Manuel Fiúza e do Cacique Rosalino Gomes de Oliveira. Hodiernamente, há narrativas desse povo indígena que mobilizam o nome do Cacique Rosalino, e há um conjunto ritual realizado anualmente em memória dos "Mártires da Terra Indígena Xakriabá". Nos anos de 2017 e 2018 foram realizados na Aldeia Itapicuru conjuntos rituais em memória dos 30 e 31 anos, respectivamente, do Martírio Xakriabá. Estiverem presentes, nos eventos supracitados, indígenas Xakriabá, representantes de diversos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, do MST, um dos filhos de Rosalino que atualmente é Cacique Xakriabá e que esteve à frente dos rituais-, um dos filhos de Rosalino que atualmente é prefeito da cidade de São João das Missões, o padre da paróquia existente em São João das Missões e que atua na Terra Indígena Xakriabá, representantes do CIMI, entre outros. O presente work busca apresentar observações das "falas" sobre o Cacique Rosalino nos dois conjuntos rituais supracitados que foram por mim assistidos, bem como nas narrativas existentes entre os Xakriabá.



Trabalho completo



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

